26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

A MORAL FEMININA DA ERA VITORIANA: A CASTRAÇÃO FEMININA EUROPEIA DOS SÉCULOS XIX E XX A PARTIR DA ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO

THE FEMALE MORALITY OF THE VICTORIAN ERA: *THE 19TH AND 20TH-CENTURIES EUROPEAN FEMALE CASTRATION FROM THE INTERCULTURAL INFORMATION ETHICS*

Ellen Victhórya Pacheco de Carvalho – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: Os estudos éticos interculturais da informação tornam-se relevantes para o fortalecimento do processo dialógico formado por diversas concepções e argumentos morais de distintas tradições culturais. O presente estudo tem como objetivo analisar discursos sobre concepções morais de feminilidade relacionadas à castração feminina em contextos europeus dos séculos XIX e XX. Foi realizada uma pesquisa documental, adotando a ética intercultural da informação na perspectiva do feminismo afro-latino-americano como uma lente interpretativa. O corpus de análise foi composto por cartas da rainha Vitória que relatam opressões vivenciadas na infância e na vida adulta, bem como pelo ensaio de Freud sobre o complexo da castração feminina. Os resultados da análise indicaram que as autoridades informacionais produziram e legitimaram discursos que reduziam a vivência do feminino à associação ao espaço doméstico, exclusão da participação política, valorização da maternidade como função social e submissão à autoridade masculina. As contribuições das antropólogas Marcela Lagarde e Rita Segato aprofundaram a discussão acerca dessa vivência do feminino europeu dos séculos XIX e XX e do conceito psicanalítico de complexo da castração feminina ao abordarem sobre as categorias dos "cativeiros" da "mãe-esposa", "freira", "puta", "presa" e "louca" e incorporarem as interseccionalidades de raça e classe. Espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de pesquisas atreladas à temática abordada no campo da ética intercultural da informação.

Palavras-chave: Ética intercultural da informação; castração feminina; era vitoriana.

Abstract: Intercultural informational ethics studies become relevant to strengthening the dialogical process formed by diverse moral conceptions and arguments from distinct cultural traditions. This study aims to analyze discourses on moral conceptions of femininity related to female castration in 19th- and 20th-century European contexts. Document research was conducted, adopting intercultural informational ethics from the perspective of Afro-Latin

American feminism as an interpretive lens. The analysis corpus comprised letters from Queen Victoria reporting oppressions experienced in childhood and adult life, as well as Freud's essay on the female castration complex. The results of the analysis indicated that informational authorities produced and legitimized discourses that reduced the experience of femininity to association with the domestic sphere, exclusion from political participation, valorization of motherhood as a social function, and submission to male authority. The contributions of anthropologists Marcela Lagarde and Rita Segato deepened the discussion regarding the experience of this 19th- and 20th-century European femininity and the psychoanalytical concept of the female castration complex by addressing the categories of the "captivities" of the "mother-wife," "nun," "whore," "captive," and "madwoman," and incorporating the intersections of race and class. This study is expected to contribute to the development of research linked to the addressed theme in the field of intercultural informational ethics.

Keywords: Intercultural information ethics; Afro-Latin American Feminism; Eurocentric patriarchal information regimes.

1 INTRODUÇÃO

A ética não é responsável pela criação dos sistemas morais. No entanto, é responsável por analisar criticamente os valores, as normas e as condutas orientadoras da vida social. Por isso, dedica-se em investigar os fenômenos e os problemas morais, visando compreender suas origens, fundamentos, motivações, justificativas e transformações históricas. Ao incluir a crítica na análise dos elementos investigados, a ética contribui com reflexões capazes de oferecer o apoio necessário para o enfrentamento dos problemas morais.

No campo da Ciência da Informação, Capurro (2008) dá início às discussões acerca dos estudos éticos interculturais da informação, estudos esses que visam compreender, agregar e ampliar o processo dialógico fundamentado por diversas concepções e argumentos morais advindos de diferentes tradições culturais. Entretanto, é válido ressaltar que as concepções morais são construídas, disputadas e legitimadas no interior das culturas e, assim, regidas por regimes de informação que condicionam relações sociais e expressam relações de poder (González de Gómez, 2012; Bezerra, 2023). Por isso, algumas perspectivas permanecem historicamente subestimadas e invisibilizadas tanto nas culturas ocidentais quanto nas culturas orientais.

Entre essas perspectivas subestimadas e invisibilizadas, destaca-se a feminista (Froehlich, 2004). Mais ainda, a perspectiva feminista afro-latino-americana, tendo em vista a problemática de um feminismo hegemônico (Gonzalez, 2020). Apesar do empenho dos estudos éticos interculturais da informação para a ampliação dos debates sobre a diversidade moral e cultural, ainda são poucas as investigações que incluem a perspectiva feminista afro-

latino-americana para embasar a compreensão do poder de determinados discursos históricos para a construção, a legitimação e a ampla reprodução das concepções morais sobre a feminilidade que tendem a um falso universalismo.

Nesse sentido, tem como objetivo analisar discursos sobre concepções morais de feminilidade relacionadas à castração feminina em contextos europeus dos séculos XIX e XX. A escolha de discursos de rainha Vitória e de Freud decorre da influência que ambos exerceram sobre as condutas morais dos homens e, principalmente, das mulheres europeias. Vitória foi uma importante monarca do Reino Unido durante o século XIX tendo em vista que seu reinado durou quase sessenta e quatro anos, sendo esse período chamado historicamente de "era vitoriana" (Baird, 2018). Enquanto Freud, austríaco nascido e criado sob o contexto desse reinado, dedicou-se ao estudo das origens psicológicas da moralidade, criando a psicanálise e desenvolvendo conceitos como o complexo de Édipo e o complexo da castração feminina no início do século XX. Seu interesse pela compreensão da moralidade pode ser observado na seguinte afirmação: "Outro pressentimento me diz [...] que desvendarei, dentro de muito pouco tempo, a origem da moralidade" (Freud, 1996, p. 303).

Considerando a relevância da incorporação das discussões do feminismo afro-latino-americano, vertente desenvolvida por Lélia Gonzalez (2020) que aborda as opressões interseccionadas por raça, classe e gênero na América Latina e no Caribe, este estudo toma por base contribuições de Marcela Lagarde (1990), em *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, e de Rita Segato (2021), no ensaio *O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça*. Essas obras são utilizadas como referenciais interpretativos para evidenciar os pontos de convergência e os limites de concepções universalizantes dos discursos Rainha Vitória e Freud, bem como contribuir para o preenchimento da lacuna nos estudos éticos interculturais da informação referente a invisibilização da perspectiva feminista, sobretudo, afro-latino-americana.

2 A ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO

A ética é uma disciplina teórico-científica, não desvinculada de uma prática, que visa investigar e explicar o que é ou foi determinada realidade moral. Assim, pode ser chamada de ciência da moral, pois surge e se alimenta da necessidade de obter o conhecimento científico dos problemas morais. Logo, não vai ser a ética a criadora da moral, mas o contrário (Sánchez Vásquez, 2005; Schneider, 2022). Por sua vez, a moral é dogmática e normativa. Nesse sentido,

a moral conduz as ações dos seres humanos por meio do que é dito como “certo” ou “errado”, seguidos de uma possível consequência como um julgamento e/ou uma punição. Então, a moral é uma forma de comportamento humano vista como obrigatória e, portanto, de grande valor. Contudo, costuma cair no esquecimento de que surge a partir de uma determinada experiência histórico-social. Com isso, compreende-se que não existe somente uma realidade moral (Sánchez Vásquez, 2005; Schneider, 2022).

Em relação ao campo da ética da informação, embora fundamentado na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, abrange diversas áreas do conhecimento (International Center for Information Ethics, 2026). Apesar de apresentar uma maior investigação das questões éticas das tecnologias da informação e comunicação, as investigações da ética da informação, no geral, visam englobar a descrição e a formulação de críticas em relação às atitudes e tradições morais no âmbito do campo da informação em diferentes tradições culturais, tempos, espaços e estruturas de poder.

Rafael Capurro (2008) desenvolveu o conceito de ética intercultural da informação e começa uma discussão muito importante acerca da ética da informação: está mais fundamentada em uma tradição ocidental. Ao identificar essa problemática, Capurro (2008) ressalta que a ética da informação acaba se tornando mais abstrata do que concreta quando atua como metacultural enquanto continua a ignorar uma multiculturalidade, sobretudo, na presente sociedade da informação global. Em outras palavras, quando insiste em descrever somente atitudes e tradições morais ocidentais que atravessam o campo da informação.

A partir disso, Capurro (2008) e Froehlich (2004) defendem a inclusão da interculturalidade nos estudos éticos da informação, por meio do incentivo ao diálogo entre diferentes tradições morais e culturais. Nessa perspectiva, a construção de consensos éticos não depende da eliminação das diferenças, mas da busca por pontos de convergência capazes de enfrentar criticamente as opressões presentes em distintos contextos socioculturais e promovidas por regimes de informação que condicionam relações de poder e, a partir disso, legitimam determinadas concepções morais (Bezerra, 2023; González de Gómez, 2012).

Em decorrência, Schneider (2022) defende a busca por novos pontos de convergência construídos por meio do diálogo intra e intercultural. Para o autor, é necessário evitar tanto o apego excessivo às particularidades culturais quanto a rejeição de princípios universais, condição fundamental para a construção de uma ética transcultural. Em relação à uma ética intracultural da informação, Schneider (2022) enfatiza que incentiva o processo dialógico

fundamentado por diversas concepções e argumentos morais de uma mesma tradição cultural, identificando as cisões internas em termos de gênero, raça, etnia, idade, relações de parentesco, castas e classes. A partir disso, para que as perspectivas invisibilizadas, como a perspectiva feminista afro-latino-americana, sejam incluídas nos estudos éticos interculturais da informação, devem ser, de antemão, consideradas nos estudos éticos intraculturais da informação.

Ao estimular os estudos éticos intra e interculturais da informação, podemos caminhar, embora haja um percurso considerável a ser percorrido, rumo à uma ética transcultural da informação. Ao tornar efetiva a transculturalidade, torna-se possível um entrelaçamento das concepções morais de diversas tradições culturais. Então, enquanto o falso universalismo e, consequentemente, a normalização de opressões e invisibilizações oriundas, majoritariamente, do ocidente perdem força, os indivíduos poderão conhecer e se reconhecer em mais de uma tradição cultural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como documental, de natureza qualitativa. O corpus de análise é composto por duas cartas da Rainha Vitória, reproduzidas na obra *Vitória, a Rainha* (Baird, 2018) e pelo o ensaio *A Dissolução do Complexo de Édipo*, de Sigmund Freud (1996), no qual o autor aborda o complexo da castração feminina na infância. As cartas foram selecionadas por apresentarem relatos da própria Vitória sobre sua condição feminina em diferentes momentos de sua vida, especialmente durante a infância e o período das gestações. A escolha do ensaio de Freud decorre de sua abordagem sobre o complexo da castração feminina na infância e de sua relação com a constituição da feminilidade.

Para a análise do corpus, adotou-se como lente interpretativa a ética intercultural da informação de Capurro (2008) na perspectiva do feminismo afro-latino-americano de Gonzalez (2020), na qual torna-se possível examinar a presença de aproximações, continuidades e tensões acerca das concepções morais de feminilidade entre os documentos históricos europeus citados e as contribuições da antropóloga e feminista mexicana Marcela Lagarde (1990) e da antropóloga e feminista argentina Rita Segato (2021).

No caso, o texto de Lagarde (1990), intitulado *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas,* foi escolhido para dialogar com as cartas da Rainha Vitória por permitir a identificação de espaços de opressão. A utilização das categorias

dos “cativeiros” de Lagarde (1990) não pressupõem equivalência histórica ou sociocultural entre o contexto analisado pela autora e a sociedade europeia dos séculos XIX e XX. Os “cativeiros” são empregados neste estudo como categorias interpretativas, permitindo estabelecer aproximações e identificar tensões entre diferentes formas de compreender as vivências do feminino. Trata-se, portanto, de uma aproximação intercultural e não da transposição direta das categorias para o contexto europeu analisado

O texto de Rita Segato (2021), intitulado *O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça*, foi escolhido para dialogar com o ensaio de Freud (1996) por referência-lo diretamente e possibilitar tensionar as formulações sobre feminilidade e complexo da castração feminina a partir das relações de gênero, raça e colonialidade. Ainda, serão comparados os discursos da Rainha Vitória e de Freud durante o estudo

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão organizados em duas subseções: Os cativeiros da rainha Vitória: mães-esposas, freiras, putas, presas e loucas e; O complexo da castração feminina em Freud e o Édipo negro.

4.1 OS CATIVEIROS DA RAINHA VITÓRIA: MÃES-ESPOSAS, FREIRAS, PUTAS, PRESAS E LOUCAS

Inicialmente, contextualiza-se o reinado da rainha Vitória do Reino Unido (1837–1901) no que se refere à construção e legitimação de concepções morais sobre a feminilidade na Europa do século XIX. Em seguida, são analisadas duas cartas de Vitória, extraídas da obra biográfica *Vitória, a Rainha*, de Julia Baird (2018), por apresentarem elementos relacionados à vivência do feminino vivenciada pela monarca. Ao longo da seção, também são incorporadas discussões presentes em *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, da antropóloga e feminista latino-americana Marcela Lagarde (1990).

A rainha Vitória nasceu em Londres no auge da Revolução Industrial, especificamente em 1819. Nesse contexto, era disseminada a ideia da teoria das esferas separadas. Essa teoria refere-se a seguinte concepção moral de feminilidade da época: perante à criação de um Deus, as mulheres nasciam dotadas de habilidades referentes à esfera privada e deviam assumir os afazeres domésticos e o cuidado do marido e dos filhos e os homens nasciam dotados de habilidades referentes à esfera pública e deviam assumir os cargos da política, dos negócios e do trabalho remunerado. Além disso, essa repressão dos direitos de participação política das

mulheres foi reforçada a partir da criação de leis, como a Lei da Reforma de 1832 e a Lei das Corporações Municipais de 1835, que baniam os seus direitos à voto (Zelizer, 2009).

À luz da ética intercultural da informação (Capurro, 2008), a associação entre mulher e esfera doméstica não aparece, portanto, apenas como uma opinião individual, mas como uma concepção relacionada às condições históricas de produção dos papéis de gênero, ou seja, tais concepções morais não podem ser compreendidas como descrições neutras da realidade social, mas como resultados de regimes históricos de produção e circulação de informações sobre a feminilidade (González de Gómez, 2012). Esses discursos operam como mecanismos que legitimam determinadas formas de ser mulher enquanto silenciam ou marginalizam outras possibilidades culturais e históricas de vivência do feminino. Nesse sentido, o contexto em que a Rainha Vitória está situada é marcado por regimes de informação patriarcais eurocêntricos, sobretudo, de uma monarquia britânica conservadora. Por isso, mesmo vindo a ocupar um cargo considerado do homem, era sucessora do trono e dos valores morais dessa monarquia. Nota-se a diferença das classes e dos valores morais em relação às ativistas da época, chamadas de sufragistas, que buscavam garantir os seus direitos através de movimentos sociais e políticos (Baird, 2018).

> [...] um período quando se exerceu um forte controle sobre o comportamento sexual de homens e mulheres. Mais especialmente sobre as mulheres. Apesar de a monarca representar a ideia de uma mulher chefe de Estado, os papéis sexuais eram rigidamente definidos. A mulher deveria reinar no lar e nele somente. A própria Vitória, triste contradição, era uma feroz defensora da submissão feminina e dos limites a serem impostos à atuação das mulheres na sociedade (Santana; Senko, 2016, p. 191).

Essa contradição é relevante porque evidencia que as posições de sujeito não são homogêneas. Vitória ocupava simultaneamente a posição de monarca, mulher, esposa e mãe. Assim, sua posição institucional não eliminava as normas discursivas relacionadas à feminilidade. Ao contrário, permitia observar como diferentes posições sociais podiam coexistir e produzir tensões dentro de uma mesma formação discursiva. Em *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, Lagarde (1990) enxerga as mulheres como as figuras principais da história e das tradições culturais em seu estudo antropológico e, através da observação participante em lares familiares, conventos, prisões, bordéis e hospitais psiquiátricos do México, identifica seus cinco estereótipos socio-culturais, lidos como "cativeiros": mãe-esposa, freira, puta, presa e louca. A partir disso, a referida autora

compreendeu que muitas mulheres transitam entre esses “cativeiros”, porém, cada mulher possui suas respectivas vivências e singularidades.

Neste estudo, os “cativeiros” são interpretados como categorias que permitem problematizar lugares simbólicos atribuídos às mulheres. Essa aproximação não significa afirmar que as categorias elaboradas por Lagarde (1990) para analisar contextos mexicanos sejam idênticas às experiências das mulheres europeias do século XIX. Sua contribuição está justamente na possibilidade de tensionar os discursos analisados e mostrar que os lugares atribuídos às mulheres não são naturais, mas construídos social e culturalmente. Por isso, reconhece que mulheres racializadas sofrem mais violência, marginalização e hipersexualização em seus “cativeiros”.

Ao retomar a questão da rainha Vitória, acrescentando a visão do estudo antropológico de Lagarde (1990), é possível compreender que ela tanto legitimou concepções morais da feminilidade atreladas ao dever de cuidar do lar e da família oriundas da Revolução Industrial quanto transitou entre esses “cativeiros”, afinal, mesmo que revestida pela figura de monarca, Vitória foi uma mulher.

> [...] enfrentou muitas questões que as mulheres enfrentam hoje — lidar com relações desiguais, acalmar o cônjuge zangado, tentar criar bem os filhos, combater crises de insegurança e depressão, passar anos se recuperando dos partos [...] O que realmente esquecemos hoje é que Vitória é a mulher sob cuja proteção se constituiu o mundo moderno (Baird, 2018, p. 34).

Em relação à sua infância, viveu no chamado sistema de Kensington, devido a ambição da mãe, Duquesa de Kent, e de seu conselheiro, Sir John Conroy, pois queriam que Vitória chegasse ao trono ainda menor idade para que pudessem se tornar regentes e, assim, governassem o país até a maior idade da rainha (Baird, 2018). Em uma carta endereçada a sua filha mais velha, apelidada de Vicky, Vitória relata seu sentimento perante à infância que viveu:

> Tive uma vida muito infeliz quando criança; não podia exprimir meus fortíssimos sentimentos de afeição, já que não tinha irmãos nem irmãs para conviver. Nunca tive pai. Em minhas infelizes circunstâncias não mantinha uma relação boa nem minimamente próxima ou íntima com minha mãe... e não sabia o que era uma vida doméstica feliz (Baird, 2018, p. 57).

O relato evidencia uma representação da infância marcada pelo isolamento e pela vigilância. Mais do que registrar uma experiência individual, a carta permite observar como determinadas práticas de controle incidiam sobre a formação da futura rainha. Retomando a

questão dos “cativeiros”, o espaço simbólico de opressão da “presa” refere-se a mulher em situação física e/ou com a sensação de encarceramento. Lagarde (1990) diz que, apesar de umas serem mais marginalizadas que outras, as mulheres compartilham da sensação de encarceramento e isso se dá pela retirada da sua liberdade através de instituições sociais e seus homens com poderes corretivos. No caso de Vitória, cresceu não podendo estar no mesmo espaço de outras crianças e de sua família paterna, sendo privada de desenvolver vínculos afetivos. Ainda, precisava escrever detalhes de seu dia em um diário para que a mãe, após a leitura, pudesse corrigi-la para comportar-se como uma rainha (Baird, 2018). Nota-se que a escrita do diário não funciona apenas como registro de acontecimentos, mas também como mecanismo por meio do qual comportamentos considerados adequados são definidos, observados e corrigidos.

Esse controle da vida cotidiana de Vitória não parou na infância. Gerou nove filhos, mesmo dizendo ter aversão à gravidez e ao parto, pois não existiam métodos contraceptivos eficazes em sua época e seu marido achava o coito interrompido imoral. Em todas as gestações sentiu um grande impacto em sua saúde mental e física, tanto que foi a primeira monarca a fazer o uso de anestesia no parto, mesmo assim, somente a partir de seu oitavo filho (Baird, 2018). Essas questões são, então, explicitadas em mais uma carta endereçada à sua filha mais velha:

> Dores — e sofrimentos, desgraças, incômodos — contra os quais você precisa lutar — e renunciar a diversões etc. — precauções constantes a tomar, você sentirá o jugo de uma mulher casada.... Por nove vezes tive que lidar durante oito meses com esses inimigos acima citados e reconheço que isso me aborrecia amargamente; a pessoa se sente muito presa — as asas cortadas — de fato, na melhor das hipóteses... apenas metade de si mesma — principalmente na primeira e segunda vez. É o que chamo de “lado sombrio” tanto quanto ser arrancada do lar que se ama, dos pais, irmãos e irmãs. E assim penso que nosso sexo é muito pouco invejável (Baird, 2018, p. 296)

Como dito por Vitória, sentiu ter as “asas cortadas” após cada gestação, pois viveu a maternidade compulsória nove vezes. Então, além do espaço simbólico de opressão da “presa”, podemos identificá-la nos da “puta” e da “mãe-esposa” de Lagarde (1990). No da “puta” a mulher é reduzida a um objeto de prazer masculino e no da “mãe-esposa” a mulher é reduzida aos cuidados de seus filhos, do seu marido e do lar. No momento em que o marido de Vitória não interrompe o coito sob a justificativa de que é imoral e ignora o consentimento de Vitória, a insere nos espaços de opressão enquanto uma mulher “presa”, “puta” e “mãe-esposa”. Assim, as cartas analisadas permitem identificar regularidades discursivas

relacionadas à domesticidade, ao casamento, à maternidade e à submissão, mas também evidenciam resistências e tensões produzidas pela própria experiência da mulher que ocupa essa posição.

Assim, Vitória, enquanto uma contraditória autoridade informacional das concepções morais de feminilidade advindas de regimes de informação patriarcais eurocêntricos do século XIX, tanto reforçou a imposição do papel da mulher como cuidadora do lar e da família quanto denunciou ter vivenciado essas opressões. Vale citar que esse ideal vitoriano de mulher, esposa e mãe submissa pode ser reconhecido no estudo de Marcela Lagarde (1990) e nos "cativeiros" das mulheres "mãe-esposa", "freira", "puta", "presa" e "louca". Porém, não pode ser reconhecido nos "cativeiros" das mulheres racializadas, já que trata-se de uma concepção moral da mulher branca europeia pertencente à elite monárquica, não podendo ser tomada como representação geral da experiência feminina. É justamente nesse ponto que a perspectiva afro-latino-americana contribui para questionar qualquer pretensão de universalização da experiência de Vitória.

4.2 O COMPLEXO DA CASTRAÇÃO FEMININA DE FREUD E O ÉDIPO NEGRO

Nesta seção será analisado o ensaio que introduz o conceito do complexo da castração feminina, chamado *A Dissolução do Complexo de Édipo,* de 1924, de Sigmund Freud (1996), com a intenção de identificar se existem e quais as interferências das concepções morais da mulher branca amplamente difundidas na Europa do século XIX, época vivida pelo autor. Ao final da seção, serão trazidas algumas discussões raciais do ensaio *O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça*, da antropóloga argentina Rita Segato (2021).

Em termos de contextualização histórica, o psicanalista desenvolveu sua trajetória intelectual em Viena, principal centro político e cultural do Império de Francisco José I da Áustria sob a forte influência do reinado de Vitória do Reino Unido, pois esse último era considerado o mais influente sobre o estilo de vida e as concepções morais de feminilidade da Europa do século XIX, chegando a reverberar, ao século XX (Galdi; Campos; Bocchi, 2025; Mendes, 2006). Ao articularmos esse fato com a ética intercultural da informação formulada por Capurro (2008), os discursos freudianos podem não apenas descrever a feminilidade, mas também participar de sua produção histórica e social. Nesse sentido, esses discursos integram os regimes de informação que contribuem para a circulação e a legitimação de determinadas leituras sobre o corpo e a subjetividade feminina, fortemente vinculadas a um horizonte

interpretativo eurocêntrico. Nesse contexto do século XIX, existiu uma intensa objetificação e repressão da sexualidade feminina a ponto de levar a um grande número de mulheres apresentarem manifestações físicas, por exemplo, paralisia, cegueira e convulsões, e conflitos psíquicos. Desde a Grécia Antiga, esses sintomas eram associados ao deslocamento do útero e, assim, à mulher, criando o nome histeria, do latim *hystéra*, que significa útero (Galdi; Campos; Bocchi, 2025).

Através dos seus primeiros estudos psicanalíticos com pacientes histéricos, Freud passou a dividir as psiconeuroses de defesa em: histeria, neurose obsessiva e fobias. Para chegar a essa divisão, atribuiu a histeria à cisão do psíquico provocada por abusos sexuais e/ou desejos reprimidos na infância recalcados no inconsciente. Por outro lado, atribuiu à neurose obsessiva à cisão do psíquico provocada pela iniciativa de uma experiência sexual na infância, seguida de sentimentos de prazer e culpa, recalcada no inconsciente. Entretanto, chamou a histeria de neurose feminina, associando a passividade ao feminino, e a neurose obsessiva de neurose masculina, associando a atividade ao masculino (Ceccarelli, 2013). Essas classificações permitem observar uma regularidade na produção de sentidos sobre a diferença entre homens e mulheres e, por isso, não são tomadas neste estudo como características naturais dos sujeitos, mas como enunciados historicamente situados que participam da construção de determinadas posições de sujeito. Assim, o discurso do psicanalista acabou por legitimar uma ordem social repressora diretamente vinculada à prevalência da histeria na população feminina.

Cabe destacar que no início do século XX, começam os primeiros estudos do psicanalista sobre os complexos da castração masculina e feminina na infância, previstos em seus estudos sobre as psiconeuroses de defesa. No ensaio *A Dissolução do Complexo de Édipo*, Freud (1996) argumenta que a castração feminina levanta problemas adicionais em relação à masculina, embora dedique a maior parte do texto a essa última. De início, Freud diz que o primeiro momento da castração feminina refere-se a uma "inveja do pênis" e complementa que a criança do sexo feminino chega a pensar que já possuiu um pênis e o perdeu: "O clitóris da menina se comporta primeiramente como um pênis, mas, na comparação com um camarada de brinquedo do sexo masculino, ela nota que "saiu perdendo", e sente esse fato como desvantagem e razão para inferioridade" (Freud, 1996, p. 188).

Em relação ao trecho destacado anteriormente, o psicanalista continuou a interpretar o feminino no século XX a partir de pressupostos questionáveis e opressores dos

regimes de informação patriarcais eurocêntricos do século XIX, pois insiste em associá-lo à passividade. Complementando essa questão, ao referir-se às primeiras curiosidades da mulher sobre o próprio corpo como uma comparação com o corpo masculino, infere que esse sentimento de inferioridade vem desde a fase da infância. Ainda, Freud (1996), ao discorrer sobre um segundo momento da castração feminina, bem como trazer o complexo de Édipo para o assunto, diz que a "inveja do pênis" se transforma no desejo da criança do sexo feminino de engravidar do pai e nascer um menino.

> A garota passa — ao longo de uma equação simbólica, poderíamos dizer — do pênis ao bebê, seu complexo de Édipo culmina no desejo, longamente mantido, de receber do pai um filho como presente, de lhe gerar um filho. [...] Os dois desejos, de ter um pênis e um filho, permanecem fortemente investidos no inconsciente, e ajudam a preparar o ser feminino para o seu futuro papel sexual. (Freud, 1996, p. 189).

A formulação freudiana estimula as concepções morais de que toda a mulher nasce com o desejo de gestar, atribuindo-na a um papel exclusivamente reprodutivo. Por outro lado, o relato de Vitória, anteriormente visto, evidencia que a vivência do feminino não pode ser reduzida a um modelo único de desejo materno. A aproximação entre os dois discursos (Vitória e Freud) permite identificar uma tensão entre a formulação normativa da maternidade e a experiência concreta de uma mulher situada naquele contexto histórico. Essa perspectiva permite, ainda, questionar determinadas interpretações de Freud (1996) e, então, auxiliar a deslocar as suas discussões acerca da construção da condição feminina do campo do psíquico e biológico para o campo do social, reconhecendo as influências advindas de processos culturais, educacionais e políticos.

Além disso, Freud (1996), enquanto um homem branco da era vitoriana, não inclui discussões raciais, que estão presentes, por exemplo, em *O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça* de Rita Segato (2021). A referida autora evidencia que o conceito do complexo de Édipo elaborado por Freud é eurocêntrico e invisibiliza as articulações das estruturas coloniais. Assim, a autora elabora o conceito de Édipo negro, considerando uma mãe biológica branca e uma ama de leite negra. Nessa dinâmica colonial, o corpo da mulher negra é explorado como mercadoria para nutrir os filhos da família branca enquanto é impedida de cuidar de seus próprios filhos. Ainda, o seu afeto também é explorado ao exercer a função materna primária enquanto os filhos da família branca, ao amá-la, são ensinados pelos pais a desprezá-la socialmente. Freud, ao não abordar essa dinâmica colonial, auxilia no apagamento da mulher negra na base psíquica e afetiva familiar.

Ao ocupar uma posição de autoridade científica por ser o criador da psicanálise, os escritos do psicanalista contribuíram para a produção, circulação e legitimação de interpretações sobre a feminilidade advindas de regimes de informação patriarcais eurocêntricos. No caso, o psicanalista repassa discursos que envolvem a submissão feminina, a valorização da maternidade como função social e o apagamento de mulheres racializadas e de articulações das estruturas coloniais. Então, o presente estudo, sob a lente interpretativa de uma ética intercultural da informação na perspectiva do feminismo afro-latino-americano, infere que a mulher freudiana, tanto na infância quanto na fase adulta, é fruto da concepção moral da mulher branca vitoriana que, por sua vez, também é fruto da concepção moral das mulheres brancas de épocas anteriores que tem por sua base o patriarcado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível alcançar o objetivo do presente estudo, ou seja, analisar discursos sobre concepções morais de feminilidade relacionadas à castração feminina em contextos europeus dos séculos XIX e XX. Para isso, à luz de uma ética intercultural da informação, foi fundamental incluir as discussões interculturais para a análise desses discursos intraculturais europeus que não preveem outras vivências e opressões do feminino, principalmente, o racializado e colonizado, mas que, ainda assim, apresentam pontos de convergência.

Observou-se que a Rainha Vitória possui discursos que transitam entre suas posições de monarca, mulher, mãe e esposa, mas ao mesmo tempo demonstram que a sua experiência individual reflete muitas das concepções morais da mulher branca européia do século XIX, Além disso, foi visto que esses discursos foram tangenciados por outras autoridades informacionais que realizam a manutenção das relações de poder, no caso, a família, a igreja, a ciência e os espaços jurídicos e, então, reverberados no início do século XX, como por exemplo, através do estudo psicanalítico do complexo da castração feminina de Freud que associa o feminino à pressupostos relacionados à passividade e à carências biológicas. A partir disso, foram destacadas as seguintes concepções morais que reduziam a vivência do feminino à associação da mulher ao espaço doméstico, a exclusão feminina da participação política, a valorização da maternidade como função social e a submissão à autoridade masculina. A partir disso, eram legitimadas as relações desiguais de poder e restringida a autonomia das mulheres.

Em relação a uma interculturalidade, nos permitiu melhor discorrer sobre o que se trata o complexo da castração feminina por meio da metáfora dos "cativeiros" da "mãe-esposa", "freira", "puta", "presa" e "louca", reforçando que as mulheres racializadas vivem em "cativeiros" mais violentos e marginalizados. Sendo esses "cativeiros" lidos, também, como espaços de opressão provenientes de regimes de informação patriarcais colonizadores. Ainda, auxiliou a identificar a visão eurocêntrica acerca da construção do conceito do complexo da castração feminina através do conceito de Édipo negro e da inclusão das vivências das amas de leite negras à esses estudos psíquicos.

Com isso, espera-se que a adoção da perspectiva afro-latino-americana no estudo ético intercultural da informação incentive uma maior representatividade de mulheres de diferentes raças, etnias, orientações sexuais e classes sociais na pesquisa científica e na Ciência da Informação. Assim, pretende motivá-las como autoridades informacionais em discussões intra e interculturais da informação acerca das concepções morais de feminilidade.

REFERÊNCIAS

BAIRD, J. **Vitória, a rainha**: biografia íntima da mulher que comandou um Império. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

CAPURRO, R. Intercultural information ethics. *In*: Kenneth E. Himma & Herman T. Tavani (eds.): **The Handbook of Information and Computer Ethics**. New Jersey: Wiley, 2008, 639-665. Disponível em: https://www.capurro.de/himma.html Acesso em: 1 jun. 2026.

CECCARELLI, P. R. Reflexões sobre a sexualidade masculina. **Reverso**, Minas Gerais, v. 35, n. 66, p. 83-92, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952013000200013 Acesso em: 17 jun. 2026.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo (1924). *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX, p. 215-224.

FREUD, S. Carta 64 (1897). *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 1, p. 303-304.

FROEHLICH, T. A brief history of information ethics. **BiD**, Barcelona, v. 1, n. 13, 2004. Disponível em: https://bid.ub.edu/13froel2.htm Acesso em: 1 jun. 2026.

GALDI, M. B.; CAMPOS, E. B. V.; BOCCHI, J. C. A histeria como mal-do-século XIX e sua marca para o legado freudiano sobre a feminilidade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 36, p. 1-11, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/HFYfsRpskYK7mQvPD6zkQ8G/?format=html&lang=pt Acesso em: 6 jun. 2026.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/323110 Acesso em: 20 jun. 2026.

INTERNATIONAL CENTER FOR INFORMATION ETHICS. **Information Ethics**. 2026. Disponível em: https://icie.ibict.br/information-ethics/ Acesso em: 1 jun. 2026.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. México: UNAM, 1990.

MENDES, E. R. P. Sigmund Freud e as interseções entre psicanálise e cultura. **Reverso**, Minas Gerais, v. 28, n. 53, p. 23-28, 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0102-73952006000100004&script=sci_arttext Acesso em 6 jun. 2026.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Tradução de João Domingues. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTANA, L. W. A.; SENKO, E. C. Perspectivas da era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. **Revista diálogos mediterrâneos**, Paraná, v. 10, p. 189-215, 2016. Disponível em: https://www.dialogosmediterranicos.com.br/RevistaDM/article/view/209 Acesso em: 7 jun. 2026.

SCHNEIDER, M. A. F. **A era da desinformação:** pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SEGATO, R. O Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. *In*: SEGATO, R. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VAZQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

ZELIZER, V. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 237-256, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/HSJdWkcT6w5CPjR8mDMCgpb/?format=html&lang=pt Acesso em: 17 jun. 2026.

AGRADECIMENTOS OU FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.